



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO  
ESTADO DO PARANÁ



CONTRATO Nº 16/2018 (PMRC)

INEXIGIBILIDADE Nº 4/2018 (PMRC)

**A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DETENTORA DA DATA E DIREITOS DE EXCLUSIVIDADE DO SHOW DA CANTORA CLAUDIA LEITTE QUE SE APRESENTARÁ NO CENTRO DE EVENTOS BARÃO VICTOR VON RAINER HARBACH, NA 22º FESCAFÉ, NO DIA 6 DE JULHO DE 2018.**

O **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO, ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF nº 75.449.579/0001-73, com sede à Rua Coronel Emílio Gomes, nº 731, bairro Centro, nesta cidade de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Sr. **MÁRIO AUGUSTO PEREIRA**, portador da Carteira de Identidade RG nº 689.583-2/SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob nº 169.796.569-53 e pelo Secretário Municipal de Administração, o Sr. **AFONSO DEJAVAL DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.170768-2/SSP-PR e inscrito no CPF/MF nº 577.495.749-72, ambos brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, doravante denominada de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **TT PRODUÇÕES ARTISITICAS EIRELI - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Alceu Amoroso Lima, nº 440, Sala 108, Edifício Salvador Business, Bairro Caminho das Árvores, CEP: 41.820-770, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ/MF nº 00.220.614/0001-89, neste ato tem como representante legal seu sócio-administrador, o Sr. **MARCIO MARQUES PEDREIRA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 07.801.959-14 SSP/BA e inscrito no CPF/MF nº 962.120.635-91, residente e domiciliado na cidade de Salvador, Estado da Bahia, a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013, pela Lei Municipal nº 255, de 19 de Abril de 2006, pelo Decreto Municipal nº 356, de 23 de Agosto de 2007, aplicando-se subsidiariamente do que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, assim como pelas condições da Inexigibilidade nº 4/2018 (PMRC), ratificada em 08 de fevereiro de 2018, pelos termos da proposta da CONTRATADA, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, deveres, obrigações e responsabilidades das partes.

**Cláusula Primeira – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objetivo **a contratação de empresa detentora da data e direitos de exclusividade do show da cantora Claudia Leitte que se apresentará no Centro de Eventos Barão Victor Von Rainer Harbach, na 22º Fescafé, no dia 6 de julho de 2018, conforme Inexigibilidade nº 4/2018 (PMRC), conforme artigo 25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993.**

**Cláusula Segunda – DO VALOR**

Pela prestação de serviços decorrentes deste Contrato, proveniente da Inexigibilidade nº 4/2018 (PMRC), a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, o valor de **R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais)**, pela prestação de serviços descrita na cláusula primeira, objeto do processo licitatório acima mencionado, incluído todas as despesas acessórias e/ou decorrentes como deslocamento e alimentação.

**Cláusula Terceira – PRAZO DE ENTREGA E CONCLUSÃO**

O presente Contrato vigorará desde a data de sua assinatura, até a completa extinção das obrigações entre as partes, com a execução total da prestação dos serviços com data prevista para o dia 6 de Julho de 2018, mediante Autorização de Serviço emitida pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro.

**Parágrafo Primeiro:** Os prazos estabelecidos somente poderão ser prorrogados por motivo de força maior ou de caso fortuito, devidamente comprovado pela **CONTRATADA**, impeditivos da execução ou continuidade dos serviços ou decorrentes de não liberação de áreas de trabalho pela **CONTRATANTE**;

**Parágrafo Segundo:** Os serviços serão automaticamente ajustados sempre que houver abono de dias aceito pela fiscalização da **CONTRATANTE**;

**Cláusula Quarta – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato terá a vigência de 147 (cento e quarenta e sete) dias, ou seja, de 17 de fevereiro de 2018 a 13 de julho de 2018, momento em que se encerrará a obrigação recíproca das partes podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas no Art. 57, da Lei 8.666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, desde que respeitada a disponibilidade de agenda da



Cantora Claudia Leitte.

#### **Cláusula Quinta – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Os pagamentos referentes ao serviço da presente Inexigibilidade nº 4/2018 (PMRC), serão efetuados em moeda brasileira corrente, em duas parcelas iguais, via transferência bancária, que serão realizadas: a primeira parcela na assinatura do contrato e a segunda parcela no dia 29 de Junho de 2018, mediante apresentação da Nota Fiscal de Serviço ou documento equivalente.

**Parágrafo Primeiro:** O pagamento será efetuado mediante Faturamento apresentado, conforme segue:

- Nota fiscal, com descrição do(s) serviço(s) executado(s), número da Licitação e do Contrato, item, valor global, e outros, sem rasura e/ou entrelinhas e devidamente certificada pela **CONTRATANTE**;
- Fatura, com a descrição do(s) serviço(s) executado(s), número da Licitação e do Contrato, item, valor global e outros, sem rasura e/ou entrelinhas e devidamente certificada pela **CONTRATANTE**;
- Recibo de pagamento de autônomo (RPA), se for o caso, com a descrição do(s) serviço(s) executado(s), número da Licitação e do Contrato, item, valor global e outros, sem rasura e/ou entrelinhas e devidamente certificado pela **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Segundo:** A **CONTRATADA** está ciente que os pagamentos sofrerão os descontos estabelecidos em lei.

#### **Cláusula Sexta – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta dos seguintes recursos financeiros:

Órg/ Uni	Classificação Orçamentária					Classificação Econômica	Despesa	Fonte Recurso	Descrição Fonte Recurso	Descrição Despesa
0901	04	695	0018	2	061	3.3.90.39.99.99	1352	000	Recursos Ordinários (Livres)	Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
0901	04	695	0018	2	061	3.3.90.39.99.99	1353	504	Outros Royalties	Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

#### **Cláusula Sétima – DO REAJUSTE**

O valor contratado não sofrerá reajustes.

#### **Cláusula Oitava – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Pelo presente contrato, a **CONTRATADA** obriga-se a executar os serviços na forma ajustada:

- Efetuar a execução dos serviços conforme Ordem de Serviço no dia 6 de Julho de 2018 no Centro de Eventos Barão Victor Von Ranner Harbach, na 22ª Fescafé, após a emissão da referida Ordem, expedida pelo Município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná;
- Emitir Nota fiscal, com descrição do(s) serviço(s) fornecido(s), número da Licitação e/ou do contrato, item, valor global e outros, sem rasura e/ou entrelinhas e devidamente certificada pela **CONTRATANTE**;
- Emitir Fatura, com descrição do(s) serviço(s) fornecido(s), número da Licitação e/ou do contrato, item, valor global e outros sem rasura e/ou entrelinhas e devidamente certificada pela **CONTRATANTE**;
- Emitir Recibo de pagamento de autônomo (RPA) com descrição do(s) serviço(s) fornecido(s), número da Licitação e/ou do contrato, item, valor global e outros sem rasura e/ou entrelinhas e devidamente certificada pela **CONTRATANTE**;
- Apresentar juntamente com as Notas Fiscais/Faturas/Recibos, durante o período de prestação dos serviços à **CONTRATANTE**, Certidão firmando Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social – Lei nº 8.212/91, devidamente atualizada, Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal, conforme alínea “a” do art. 27 da Lei nº 8.036/90, devidamente atualizado e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, conforme Lei 12.440/11 e Resolução Administrativa TST nº 1470/11, devidamente atualizada, no caso de Pessoa Jurídica e/ou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, conforme Lei 12.440/11 e Resolução Administrativa TST nº 1470/11, devidamente atualizada e Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, no caso de Pessoa Física, para atestar seu adimplemento perante os órgãos competentes;
- Arcar com todos os encargos decorrentes da execução do Contrato, que sejam de sua responsabilidade, proveniente da presente Licitação, sejam eles sociais, trabalhistas, comerciais, previdenciários, tributários, civis, criminais e outros, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade



- da Proponente, ainda que: a) A inadimplência da *CONTRATADA*, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere ao licitante ou a terceiros a responsabilidade por seu pagamento; b) A *CONTRATADA* é responsável pelos danos causados diretamente ao Licitante ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, exclusivos na prestação dos serviços ora contratados, desde que devidamente comprovados;
- g) Arcar com todas as despesas decorrentes da execução dos serviços que sejam de sua responsabilidade, objeto do presente Edital (utensílios, aparelhos, equipamentos, ferramentas, inclusive de segurança, salários de empregados e de quaisquer outros);
- h) Arcar com todas as despesas referentes ao transporte, da sede da contratada à cidade de Ribeirão Claro – PR (trajeto de ida e volta), e alimentação dos profissionais envolvidos com a execução do serviço.

**Parágrafo Único:** As Notas Fiscais ou documentos equivalentes serão emitidos pela *CONTRATADA* com o CNPJ/MF idêntico ao da documentação apresentada para habilitação na licitação, não sendo admitida a emissão por filiais da mesma ou por terceiros, e se forem constatadas incorreções serão as notas fiscais devolvidas e seu vencimento ocorrerá após a reapresentação das mesmas devidamente retificadas.

#### **Cláusula Nona – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A *CONTRATANTE* se obriga a:

- a) A cumprir todas as cláusulas e condições previstas neste contrato, disponibilizando funcionário para recepção e conferência do objeto deste Contrato e tudo o mais necessário para o desempenho da entrega feita pela *CONTRATADA*;
- b) Despesas com estrutura, montagem e desmontagem de palco – com camarins e banheiros, luz e som, conforme “rider técnico” fornecido pela contratada;
- c) Fornecimento de geradores de energia e eletricitas, conforme “rider técnico” a ser fornecido pela contratada;

#### **Cláusula Décima – DA RESCISÃO**

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto no artigo 58 e nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo Primeiro:** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo Segundo:** A rescisão do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da *CONTRATANTE*, nos casos enumerados nos incisos I a XIII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a *CONTRATADA* no prazo de 30 (trinta) dias de antecedência; ou
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste Contrato desde que haja conveniência para a *CONTRATANTE*; ou
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**Parágrafo Terceiro:** A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**Parágrafo Quarto:** Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da *CONTRATADA* fica a *CONTRATANTE* autorizada a reter os créditos que aquela tem direito, até o limite do valor dos danos comprovados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

#### **Cláusula Décima Primeira – DOS ENCARGOS**

Todos os encargos decorrentes da execução do presente contrato sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, civis, criminais e outras, serão de responsabilidade exclusiva da *CONTRATADA*.

#### **Cláusula Décima Segunda – DA GARANTIA CONTRATUAL**

Como garantia de execução plena do objeto e fiel cumprimento dos termos deste contrato, a *CONTRATANTE* terá a garantia de executar a *CONTRATADA* no caso de rescisão determinada por ato unilateral para ressarcimento e indenizações a ela devida, bem assim no caso de aplicação de multas após regular processo administrativo.

#### **Cláusula Décima Terceira – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

A *CONTRATADA* obriga-se a executar os serviços relacionados na Primeira Cláusula deste Contrato, em



perfeitas condições dentro do prazo de vigência deste contrato, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito e de força maior.

#### **Cláusula Décima Quarta – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O descumprimento das obrigações assumidas ensejará na aplicação, pela *CONTRATANTE*, de ofício, das sanções relacionadas a seguir:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória, compensatória e cláusula penal;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com o inciso III, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**Parágrafo Primeiro:** A advertência será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, a critério da *CONTRATANTE*, mediante justificativa, não recomende a aplicação de outra penalidade.

**Parágrafo Segundo:** O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará a *CONTRATADA*, sem prejuízo das sanções administrativas estabelecidas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, à multa moratória, de ofício, equivalente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o total da parcela inadimplida, por dia útil excedente ao prazo de entrega/disponibilização, limitada a 2% (dois por cento) do valor da parcela inadimplida.

**Parágrafo Terceiro:** Além da multa moratória no parágrafo anterior, poderá ser aplicada pela inexecução total ou parcial do ajuste, multa compensatória correspondente a 10% (dez por cento) do valor global deste Contrato.

**Parágrafo Quarto:** Pela rescisão do Contrato por iniciativa da *CONTRATADA*, sem justa causa, será aplicada, ainda, cláusula penal de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

**Parágrafo Quinto:** As multas e sanções, exceto a de mora, serão aplicadas após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, e a importância correspondente à multa deverá ser recolhida junto à Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, em 48 (quarenta e oito) horas ou será descontada das faturas a serem pagas.

**Parágrafo Sexto:** A *CONTRATADA* se obriga, com fulcro no artigo 416, parágrafo único, do Código Civil, a indenizar integralmente a *CONTRATANTE*, caso a multa compensatória e cláusula penal previstas nos parágrafos precedentes (Parágrafo Terceiro e Parágrafo Quarto retro) sejam insuficientes à recomposição integral do prejuízo.

#### **Cláusula Décima Quinta – DA GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

A gestão e acompanhamento do presente contrato serão realizados pelo Sr. *AFONSO DEJAVAL DA SILVA*, Secretário Municipal de Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da entrega e exercer em toda a sua plenitude e ação fiscalizadora de que trata a Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo Primeiro:** A fiscalização que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da *CONTRATADA* por quaisquer irregularidades, ou ainda resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório e na ocorrência desse, não implica em co-responsabilidade da *CONTRATANTE* ou de seus agentes prepostos.

**Parágrafo Segundo:** A *CONTRATANTE* se reserva ao direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, desde que de forma devidamente fundamentada, se considerados em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados na proposta da *CONTRATADA*.

#### **Cláusula Décima Sexta – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos deste contrato reger-se-ão pelo Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013, pela Lei Municipal nº 225, de 19 de Abril de 2006, pelo Decreto Municipal nº 356, de 23 de Agosto de 2007, aplicando-se subsidiariamente no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, e demais Legislações aplicáveis à espécie.

#### **Cláusula Décima Sétima – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO**  
**ESTADO DO PARANÁ**



Fica fazendo parte integrante deste instrumento de Contrato, independentemente de transcrição, e para que produza todos os efeitos legais, principalmente o Termo de processamento da Inexigibilidade nº 4/2018 (PMRC), além dos atos convocatórios da licitação, proposta da **CONTRATADA**, bem como os demais documentos produzidos em função do processo licitatório referido.

**Parágrafo Único:** Serão incorporados a este Contrato, mediante Termo Aditivo, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** e eventuais alterações nos prazos de entrega e vigência, bem como acréscimos ou supressões das quantidades contratadas, dentro dos limites estabelecidos em Lei.

**Cláusula Décima Oitava – DA PUBLICAÇÃO**

O presente instrumento será publicado em resumo, no Órgão Oficial do Município, consoante dispõe o Artigo 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

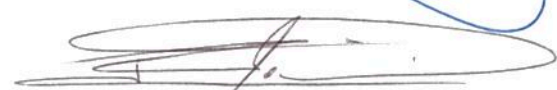
**Cláusula Décima Nona – DO FORO**

O foro do presente contrato será o da Comarca de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e pactuados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo arroladas, pela sua validade e eficácia jurídica.




Ribeirão Claro-Pr, 16 de fevereiro de 2018.

  
**Mário Augusto Pereira**  
**Prefeito Municipal – Contratante**

  
**Afonso Dejalva da Silva**  
**Secretário Municipal de Administração –**  
**Contratante e Gestor do Contrato**

  
**Marcio Marques Pedreira**  
**TT Produções Artísticas Eirelli - EPP**

Testemunhas:

 **Paulo Roberto** RG: 27.548.751-9   
 **Diana Rodrigues**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO**  
**ESTADO DO PARANÁ**



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2018 – (PMRC)**  
**INEXIGIBILIDADE Nº 4/2018 (PMRC)**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO, ESTADO DO PARANÁ - **CNPJ:** 75.449.579/0001-73,

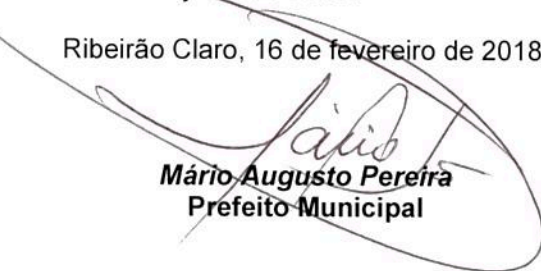
**CONTRATADO:** TT PRODUÇÕES ARTISITICAS EIRELI - EPP - **CNPJ:** 00.220.614/0001-89

**OBJETO:** A contratação de empresa detentora da data e direitos de exclusividade do show da cantora Claudia Leitte que se apresentará no Centro de Eventos Barão Victor Von Rainer Harbach, na 22° Fescafé, no dia 6 de julho de 2018.

**VALOR:** R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais)

**VIGÊNCIA:** 17 de fevereiro de 2018 a 13 de julho de 2018.

Ribeirão Claro, 16 de fevereiro de 2018.

  
**Mário Augusto Pereira**  
**Prefeito Municipal**

# Pagamento da segunda parcela do IPVA começa na segunda-feira, 19

Prazo segue até sexta (23) e depende o número final da placa. Arrecadação é dividida entre o Estado (50%) e o município de emplacamento (50%). Recursos são repassados às cidades e aplicados prioritariamente nas áreas da saúde, educação e segurança pública.

Proprietários de veículos emplacados no Paraná devem ficar atentos ao início do prazo para pagamento da segunda parcela do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de 2018. Começa nesta segunda-feira (19) e se estende até sexta (23), dependendo do número final da placa do veículo.

Os contribuintes que optaram por quitar o imposto em cota única tiveram desconto de 3%. O pagamento do IPVA à vista, em janeiro, foi realizado por 26,92% dos donos de veículos.

Quem decidiu pelo parcelamento em três vezes teve o vencimento da primeira cota entre 22 e 26 de janeiro. Os que ainda não pagaram a primeira parcela podem imprimir uma nova guia de recolhimento com o valor



atualizado pelo site [www.fazenda.pr.gov.br/](http://www.fazenda.pr.gov.br/). É necessário informar o número do Renavam.

O vencimento da terceira cota vai de 19 a 23 de março,

também de acordo com a numeração da placa.

O Paraná conta com 4,3 milhões de veículos tributados e 2,61 milhões não tributados. Toda a arrecadação do IPVA é

dividida entre o Estado (50%) e o município onde o veículo foi registrado (50%). Esses recursos são repassados diretamente às cidades e aplicados prioritariamente nas áreas da

saúde, educação e segurança pública.

**PAGAMENTO** - O pagamento do IPVA pode ser feito usando somente o número do Renavam nos bancos credenciados - Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Rendimento e Sicredi. Outra opção restrita aos bancos conveniados é a GR-PR (Guia de Recolhimento do Estado do Paraná), que está disponível no endereço <http://www.fazenda.pr.gov.br>.

Contribuintes que possuam pendências relativas ao pagamento de IPVA serão inscritos no Cadastro Informativo Estadual (Cadin) e terão restrições no relacionamento com o governo, o que inclui o não recebimento de créditos e prêmios do Programa Nota Paraná.

Os que não pagarem o imposto nos prazos definidos pela legislação terão multa de 10% e os valores sofrerão acréscimo de juros. Os veículos com débitos do IPVA não recebem o licenciamento anual emitido pelo Detran/PR e ficam impedidos de transitar nas vias públicas, sob risco de retenção e aplicação de multas pelas autoridades de trânsito.

A inadimplência também impede a transferência de propriedade do veículo e insere o contribuinte na condição de devedor de tributos, restringindo a obtenção de Certidão Negativa de Débitos Tributários.

Da Assessoria

## Paraná é o segundo Estado do país em volume de investimentos

No Paraná, somente o Poder Executivo investiu R\$ 3,66 bilhões em 2017, valor que sobe para R\$ 3,8 bilhões se forem incluídas as inversões financeiras para investimentos. Além de investimentos em obras, o Governo do Estado tem aplicado mais em educação, saúde, segurança pública e outras áreas importantes.

O Paraná foi o segundo Estado que mais investiu no exercício de 2017. Levantamento feito pela Secretaria de Estado da Fazenda com dados publicados pelas unidades da federação mostra que, em valores absolutos, apenas São Paulo destinou mais recursos para o ano passado.

No Paraná, somente o Poder Executivo investiu R\$ 3,66 bilhões em 2017, valor que sobe para R\$ 3,8 bilhões se forem incluídas as inversões financeiras para investimentos. "É um recorde histórico", afirma o secretário estadual da Fazenda, Mauro Ricardo Costa.

Só para efeito de comparação, o Estado de São Paulo empenhou, em 2017, R\$ 12,85 bilhões para investimentos, ou 8,5% de sua Receita Corrente Líquida.

Mauro Costa explica que o Paraná foi além e investiu 10,5% da Receita Corrente Líquida do ano passado. O terceiro colocado em volume de recursos foi Minas Gerais, que destinou R\$ 3,28 bilhões para investimentos, seguido de Bahia (R\$ 2,6 bilhões) e Ceará (R\$ 2,46 bilhões). O levantamento não leva em consideração os dados do Piauí e do Rio de Janeiro, que ainda não disponibilizaram as informações nos portais de transparência.

**PODERES E ESTATAIS** - Ao todo, o Paraná investiu R\$ 6,78 bilhões em 2017, o que representa um crescimento de 17,3% na comparação com o exercício anterior. Esse valor inclui recursos aplicados pelos três poderes e pelas empresas estatais.

"O Paraná tem se destacado



em relação a outros Estados e, além de investimentos em obras, o governo tem aplicado mais em educação, saúde, segurança pública e outras áreas importantes. O crescimento nos investimentos mostra que o ajuste fiscal deu

certo e os resultados merecem ser compartilhados com a população", acrescenta o secretário. Ele lembra que para 2018 está previsto outro volume recorde em investimentos, que devem somar R\$ 8,4 bilhões.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
RIBEIRÃO CLARO  
ESTADO DO PARANÁ



### DISPENSA DE LICITAÇÃO POR LIMITE Nº 3/2018 (PMRC)

Objeto: Aquisição de sessão de uso de software web de sistema de gestão de fornecedores, licitações e contratos licitatórios.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO

CNPJ: 75.449.579/0001-73

Contratado: A PLANE - TECNOLOGIAS DE PLANEJAMENTO LTDA

CNPJ: 04.081.870/0001-93

Valor Total: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso II, da Lei 8.666/93.

Ribeirão Claro-Pr, 07 de fevereiro de 2018.

Mário Augusto Pereira

Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE JOAQUIM TÁVORA - PR

CNPJ nº 76.966.845/0001-06

Rua Miguel Dias, nº 226 CEP: 86.455-000

Fone: (43) 3569-1122 - Fax: 3569-1416

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2018

MODALIDADE - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018

TIPO: MENOR PREÇO - POR ITEM

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa para fornecimento de Óleos Lubrificantes destinados aos veículos que compõe frota municipal, a serem adquiridos conforme necessidade e disponibilidade financeira pelo período de 12 meses, conforme descrito no Anexo I - Termo de Referência do presente edital.

DATA E HORÁRIO DE APRESENTAÇÃO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 06/03/2018 - Das 08h00min (oito horas) às 08h29min (oito horas e vinte e nove minutos).

DATA DA ABERTURA E JULGAMENTO: 06/03/2018 - 08h30min (oito horas e trinta minutos).

LOCAL DA ABERTURA: Prefeitura Municipal de Joaquim Távora, Rua Miguel Dias, 226, Estado do Paraná.

Obs.: A documentação completa do Edital deverá ser retirada no endereço acima mencionado, no horário comercial das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min horas.

Joaquim Távora, em 16 de fevereiro de 2018.

GELSON MANSUR NASSAR

PREFEITO MUNICIPAL

MARCOS ROGERIO DE OLIVEIRA

PREGOEIRO



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
RIBEIRÃO CLARO  
ESTADO DO PARANÁ



### EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2018 - (PMRC)

INEXIGIBILIDADE Nº 4/2018 (PMRC)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO, ESTADO DO PARANÁ - CNPJ: 75.449.579/0001-73.

CONTRATADO: TT PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI - EPP - CNPJ: 00.220.614/0001-89

OBJETO: A contratação de empresa detentora da data e direitos de exclusividade do show da cantora Claudina Leitte que se apresentará no Centro de Eventos Barão Victor Von Rainer Harbach, na 22ª Fescafé, no dia 6 de julho de 2018.

VALOR: R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais)

VIGÊNCIA: 17 de fevereiro de 2018 a 13 de julho de 2018.

Ribeirão Claro, 16 de fevereiro de 2018.

Mário Augusto Pereira

Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
RIBEIRÃO CLARO  
ESTADO DO PARANÁ



EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/2018 - (PMRC)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2018 (PMRC)

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO - PARANÁ

CNPJ: 09.268.008/0001-08

CONTRATADO: BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA - CNPJ: 18.093.163/0001-21

OBJETO: A possível aquisição de um veículo 0KM, ambulância, tipo A, para simples remoção, ano 2017/2018, através da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais).

VIGÊNCIA: 17 de fevereiro de 2018 a 16 de maio de 2018.

Ribeirão Claro, 16 de fevereiro de 2018.

Mário Augusto Pereira

Prefeito Municipal